

Julgamento de Collor retorna amanhã

Após Gilmar Mendes retirar destaque, ontem, presidente do STF decide reabrir processo em sessão virtual, a partir das 11h

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, decidiu reabrir o julgamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ontem, após o ministro Gilmar Mendes retirar o destaque que havia pedido na sexta-feira.

No despacho, o ministro destacou a necessidade de celeridade no julgamento, que será retomado amanhã, em sessão extraordinária, de forma virtual.

“Diante da excepcional urgência caracterizada no presente caso, já atestada em despacho anterior, com fundamento no art. 21-B, § 4º, do RISTF e no art. 5º-B da Resolução STF nº 642/2019 (com redação dada pela Resolução STF nº 669/2020), determino a inclusão do processo, para continuidade de julgamento, em sessão virtual extraordinária do Plenário desta Corte, com início às 11h do dia 28/04/2025 e término às 23h59 do mesmo dia”, informou a decisão de Barroso.

A movimentação ocorreu após uma série de reviravoltas no caso Collor. Na sexta-feira, o STF formou maioria para manter a prisão do ex-presidente, que havia sido determinada pelo relator Alexandre de Moraes. Cinco ministros votaram favoravelmente à medida.

Contudo, antes do encerramento do julgamento no ambiente virtual, o ministro Gilmar Mendes pediu destaque, o que normalmente deslocaria o debate para o plenário físico, adiando a conclusão do processo. A solicitação, no entanto, não alterou a situação da prisão do ex-senador.

Fernando Collor foi preso na madrugada de sexta-feira, no Aeroporto de Maceió, enquanto se preparava para viajar a Brasília. Segundo sua defesa, o deslocamento seria uma tentativa de “cumprimento espontâneo” da decisão judicial. Condenado a 8 anos e 10 meses de reclusão por

Ascom/Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS)



O ex-presidente Fernando Collor de Mello passou a primeira noite de encarceramento em uma cela especial em presídio na capital alagoana

corrupção e lavagem de dinheiro — em decorrência de investigações da Operação Lava-Jato —, o ex-presidente passou por audiência de custódia na Superintendência da Polícia Federal em Alagoas.

Collor deverá cumprir a pena no Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, na capital alagoana. Ele ficará alojado na ala especial da unidade, em cela individual, conforme previsto para ex-autoridades. A defesa já havia manifestado o desejo de que ele não fosse transferido para Brasília, pedido que, até o momento, foi aceito pelas autoridades responsáveis.

A defesa de Collor solicitou, ontem, um novo pedido para que o Supremo concedesse prisão domiciliar ao ex-senador. Segundo os advogados do ex-presidente, ele sofre com doença de Parkinson, apneia do sono grave e transtorno bipolar, além da idade avançada, de 75 anos. Para comprovar as comorbidades no novo pedido, a defesa anexou um atestado médico elaborado por um expert que acompanha Collor há anos e que “possui capacidade técnica para atestar referida situação”.

De acordo com o relatório médico, Collor precisa de “uso diário

Câmara dos Deputados



de medicações” com “visitas médicas especializadas periódicas” e que “apesar de bem controlada, a doença de Parkinson do ex-presidente é “progressiva” e “pode se agravar sem o uso adequado da medicação prescrita”.

Contradição

Curiosamente, Collor contrariou a versão apresentada pela defesa ao pedir a conversão da sua pena em regime fechado em prisão domiciliar. Na audiência de custódia da sexta-feira, o político afirmou que não tem doenças e não faz uso de

medicamentos. Durante os 13 minutos de conversa com o juiz instrutor do gabinete de Moraes, Rafael Tamai, o ex-presidente se manteve tranquilo e chegou até a sorrir, afirmando, momentos depois, que prefere cumprir a pena em Alagoas em vez de ser transferido para Brasília.

Lúcido, o político ainda esclareceu ao STF que foi preso por volta das 4h da manhã no Aeroporto de Maceió, onde pegaria um voo para se apresentar à Polícia Federal (PF) em Brasília. “Eu estava no aeroporto embarcando para Brasília para me apresentar às autoridades judiciais”, disse.

Internautas relembram confisco

A prisão do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello, na madrugada de sexta-feira, teve forte repercussão nas redes sociais, especialmente, das vítimas do famoso confisco da poupança, que abalou muitos lares brasileiros e até mesmo empresas.

Internautas relembraram o Plano Collor na reforma de março de 1990, quando o então presidente anunciou, sem aviso prévio, o bloqueio de até 80% dos saldos acima de 50 mil cruzados novos em contas-correntes e nas cadernetas de poupança.

Na época, a medida idealizada pela ex-ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, foi apresentada como uma solução para conter a hiperinflação que assolava o país, sem sucesso. Ao mesmo tempo, milhões de brasileiros viram suas economias, fruto de uma vida inteira de trabalho, serem congeladas sem aviso ou compensação imediata. Várias pessoas, na ocasião, acabaram se suicidando ao não verem o dinheiro nas contas dos bancos.

Em tom de vitória, um internauta escreveu com tom de ironia no X, antigo Twitter: “Bom dia! Collor preso. Bolsonaro em vias de ser.” E outro disse: “Collor preso. Grande dia!”

Com o julgamento do também ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em andamento, uma internauta chegou a dizer que os dois políticos poderiam fazer uma “dupla” no presídio. “Xandão mandou prender o Collor! Podia mandar o Bolsonaro junto logo. Seria uma dupla e tanto”, declarou. (WL)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

“No mesmo dia da festa de aniversário de Sarney, em São Luiz, Alexandre Moraes, em Brasília, determinava a prisão do Collor de Mello, em Maceió”

Encruzilhada dos destinos de Collor e Sarney é uma ironia da história

No mesmo dia da festa de aniversário de José Sarney, em São Luiz, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em Brasília, determinava a prisão do Collor de Mello, em Maceió.

Entre afagos de familiares, amigos, aliados e antigos adversários, na noite de quinta-feira, o ex-presidente José Sarney comemorou seus 94 anos, numa festa que reuniu mais de 1500 pessoas na Fundação da Memória Republicana, localizada no antigo Convento das Mercês, no centro histórico de São Luiz, transformado em museu, no qual a memória do Maranhão, a história do Brasil e o legado do velho político maranhense se misturam. Seu acervo tem mais de 1 milhão de documentos, 24 mil livros (incluindo 3 mil raros), 50 mil registros audiovisuais e 5 mil itens iconográficos, doados pelo ex-presidente da República.

O ponto alto das comemorações foi o lançamento do selo e do

carimbo dos Correios comemorativo dos 40 anos de democracia no Brasil, com a foto de Tancredo Neves e Sarney juntos, quando foram eleitos presidente e vice-presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, uma data que passou quase despercebida. Desde o dia 15 de março, o dia em que tomou posse na Presidência, porém, Sarney foi alvo de inúmeras homenagens e comemorações, que serviram para resgatar a memória desses 40 anos de democracia e do seu papel como chefe de Estado num dos períodos mais turbulentos de nossa história.

Nascido em 1930, José Sarney assumiu o primeiro mandato na Câmara dos Deputados em 1955. Foi deputado por mais dois mandatos, em 1958 e 1962 e se elegeu governador do Maranhão, seu estado natal, em 1965. Após esse mandato, ocupou o cargo de senador pelo Maranhão até o fim da ditadura, em 1985. Com a morte de Tancredo, Sarney se tornou

presidente, sendo o primeiro civil a ocupar o cargo após a ditadura.

Herdou do regime militar crescente dívida externa e forte recessão. Entre os principais marcos de seu governo, está a convocação da Assembleia Constituinte, que elaborou e promulgou a Constituição de 1988. Também implementou os planos Cruzado 1 e 2, na tentativa de controlar a inflação acumulada durante a ditadura militar, que fracassaram. Não houve um único dia de seu mandato sem uma greve de trabalhadores.

No final do governo, a inflação ultrapassava 80% ao mês; depois do “boom” de 1986, o Plano Cruzado colapsou e a economia entrou em recessão. Em 1967, Sarney decretou uma moratória da dívida externa, velha bandeira da esquerda, que depois viria a classificar como “um erro extraordinário”: o mundo se fechou para o Brasil e a dívida explodiu. A hiperinflação fez com que deixasse o poder muito desgastado. Com a popularidade

em baixa, na primeira eleição direta para a Presidência, em 1989, foi abandonado por muitos aliados e espezinhado pela oposição.

Rumos cruzados

O ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello (PRN), o “caçador de marajás”, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), então o grande líder sindical do país, chegaram ao segundo turno com um discurso contra tudo e contra todos, mas principalmente contra Sarney. Com isso, desbancaram grandes protagonistas daquele momento de transição à democracia, como Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Afif Domingos (PL), Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Ronaldo Caiado (PSD), Roberto Freire (PCB), Fernando Gabeira (Verde) e o histriônico Eneas Carneiro (Prona), entre outros.

Por uma dessas ironias da história, sempre ela, no dia da festa de aniversário de Sarney em São Luiz, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em Brasília, determinava a prisão do ex-presidente Collor de

Mello, condenado a 4 anos e 4 meses pelo crime de corrupção passiva e a 4 anos e 6 meses por lavagem de dinheiro, em um desdobramento da Operação Lava Jato. Segundo a investigação, teria recebido R\$ 20 milhões em propina, para viabilizar indevidamente contratos da BR Distribuidora, antiga estatal da Petrobras, para a construção de bases de distribuição de combustíveis, entre os anos de 2010 e 2014. Foi preso devido a fatos ocorridos muito depois de renunciar à Presidência para evitar seu impeachment. Collor alega inocência.

“Principal alçoz de Sarney, porém, por muitos anos, Collor conviveu com o ex-presidente da República no Senado, que o político maranhense, eleito pelo Amapá, comandou por quatro vezes: 1995-1997, 2003-2005 e 2019-2023 (dois mandatos). Collor manteve-se influente na Casa, de 2007 e 2023, onde presidiu as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O principal legado de Collor para a história do Brasil é a abertura da economia brasileira, com redução de tarifas de importação, combate a reservas de mercado,

abertura ao capital estrangeiro e os primeiros passos para privatizar as estatais. Em 1992, porém, denúncias de corrupção envolvendo o próprio Collor e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias (PC Farias), motivaram o movimento dos “Cara Pintadas”, protestos de estudantes que pediam seu impeachment, que ganhou as ruas de todo o país. Às vésperas do julgamento do impeachment, Collor renunciou ao mandato; mesmo assim, o Senado cassou seus direitos políticos por oito anos.

Embora tenha sido absolvido pelo Supremo de todas as acusações que lhe foram feitas durante o impeachment, nunca conseguiu resgatar sua imagem. O confisco da poupança dos brasileiros para tentar conter a inflação em 1990, no lançamento do Plano Collor, lhe valeu eterna impopularidade fora de Alagoas. Na mesma noite de sexta-feira em que Sarney juntou com familiares e amigos na sua casa da Praia do Calhau, Collor de Mello dormiu pela primeira vez no presídio de Baldomero Cavalcanti, no bairro do Tabuleiro do Martins, em Maceió, onde está preso e aguarda que o plenário do Supremo decida seu destino.